

00400/81

DIARIO POPULAR
Lisboa

23. MAR. 1981

REVISTA DE MARINHA
Lisboa

TV. GILDA

Ens. Particular
van. de me

PARLAMENTO ²⁰⁹ RECONHECE A UNIVERSIDADE LIVRE

Com os votos dos deputados da maioria AD, a Assembleia da República ratificou, na terça-feira, o Decreto-Lei 426/80, de 30 de Setembro, com o qual o ministro da Educação Vítor Crespo reconheceu, em definitivo, a Universidade Livre como instituição do Ensino Superior Particular.

O pedido de ratificação havia sido feito pelos grupos parlamentares do PS e do PCP, cujos deputados, no decorrer do debate, denunciaram o carácter ilegal e elitista do diploma em causa, apresentando um vasto conjunto de argumentos que não demoveram a maioria governamental da posição de apoio ao seu ministro.

Para além das diversas críticas à política educativa de defesa intransigente do ensino particular seguida por este Governo, permitindo, até, «a especulação económica através do ensino», os deputados da Oposição basearam os seus ataques ao reconhecimento da Universidade Livre, fundamentalmente, no carácter ilegal do diploma onde esse reconhecimento se traduz.

Segundo a Oposição, a questão central prende-se com o facto de o Decreto-Lei 426/80, ter sido publicado sem que o Governo tivesse, como lhe competia, regulamentado a Lei do Ensino Particular e

Cooperativo, aprovada há mais de 22 meses.

Por outras palavras, a Oposição acusou o Governo de ter praticado um acto de excepção em relação à Universidade Livre com o intuito de favorecer a sua clientela política, esquecendo outros estabelecimentos de ensino mais antigos, como o Instituto Superior de Psicologia Aplicada e os Institutos Superiores de Serviço Social, para cuja sobrevivência se torna imperioso realizar uma clarificação da sua situação institucional.

Por seu turno, o secretário de Estado do Ensino Superior, que participou nos debates, limitou-se a defender a atribuição de subsídios ao ensino privado como forma de lhe proporcionar as mesmas condições do ensino oficial.

Em termos políticos, as críticas mais duras vieram da bancada do PCP, que classificou a Universidade Livre como a escola dos ricos que não entram no ensino público devido à política do «numerus clausus», já que os filhos dos trabalhadores não poderão pagar mensalidades de três contos. Criminoso, para os comunistas, é o facto de o Governo pretender subsidiar com os dinheiros públicos uma escola para meninos privilegiados, enquanto os mais pobres continuam a não ter alternativas.

UNIVERSIDADE
ÉVORA